

## O CEDES e seus 30 anos em defesa do direito universal à educação

Quais são os elementos que permitem caracterizar o intelectual como um profissional produtivo? Talvez essa seja uma das questões mais debatidas nas comunidades acadêmicas em tempos de políticas regulatórias expressas em indicadores de produtividade. A produção acadêmica se restringe cada vez mais àquela publicizada na forma de artigos, livros, capítulos de livros e trabalhos completos publicados em anais, não por acaso os únicos valorados como produtos acadêmicos. Nesse contexto particular, o termo produto aduz um caráter mercadológico quantitativo aos bens simbólicos, incluindo-os numa lógica meritocrática. Aliás, tal fato não surpreende numa sociedade em que, por ser globalizada, a fetichização se espalha de forma acelerada por todas as dimensões da vida humana.

A dimensão formativa, historicamente vinculada aos “produtos” simbólicos, se fundamentou na pretensão de que sua universalização alicerçaria também a universalização da própria cidadania. Mas há exemplos históricos que desmentem a relação de causa e efeito entre o incremento da produção cultural e a humanização da sociedade, supostamente estimulada a superar suas desigualdades sociais e a frialdade das relações humanas. Dessa forma, *pari passu* com o incremento do produtivismo, a produção intelectual é despontencializada de sua dimensão política. Diante da presunção preliminar dessa lógica, o intelectual da educação encontra particular dificuldade de promover uma cultura desinteressada para fazer uso de um termo “caro” à filosofia.

Ainda assim, a palavra produção não deve ser considerada sinônimo de produtivismo, pois a produção da cultura humana não se associada exclusivamente ao modo de produção capitalista. Contudo, essa distinção não justifica a confiança na inocência das palavras. Exatamente porque carregam, na sua tessitura, as contradições das relações humanas, faz-se necessário compreender as razões pelas quais a produção acadêmica vem se transformando em produtivismo intelectual. Não por acaso, os intelectuais acadêmicos são impingidos a classificar e serem classificados como produtivos ou improdutivos. Ou seja, os que conseguem publicar seus artigos e, assim, turbinar a produção acadêmica

do respectivo programa de pós-graduação são elevados à condição de verdadeiramente produtivos.

Sabe-se que, para o intelectual, as fronteiras entre trabalho e tempo livre nunca foram claras. As associações conceituais produzidas pela leitura de um determinado romance poderiam ser utilizadas para a elaboração de textos acadêmicos. Contudo, em tempos de produção de textos submetidos ao critério da celeridade midiática, a vinculação da leitura instrumentalizada do romance com a produção de determinado artigo deve ser pensada de antemão, pois não há tempo a perder.

De acordo com essa lógica, o tempo de maturação de uma ideia se opõe à exigência da velocidade imposta pelo produtivismo. Consequentemente, aligeiram-se e assemelham-se as produções. A atual perda da qualidade se relaciona organicamente com o recrudescimento da quantidade de bens simbólicos produzidos, numa espécie de revitalização hipertecnológica de um dilema já presente desde os tempos da Revolução Industrial: como diferenciar qualitativamente determinada mercadoria num contexto de massificação e padronização da produção? Certamente, a produção de bens simbólicos não pode se furtar ao enfrentamento dessa questão. No âmbito desse dilema situam-se também as publicações do Centro de Estudos Educação e Sociedade (CEDES) – revista *Educação & Sociedade* e *Cadernos CEDES*. De um lado, estas publicações necessariamente se submetem aos indicadores de qualidade vigentes para o campo editorial. De outro, busca-se construir um referencial de qualidade legitimado no espaço público de debate entre seus autores, leitores e colaboradores. Esse é o compromisso do CEDES desde sua criação.

Em 1978, um grupo de docentes da Faculdade de Educação da UNICAMP, em busca de um espaço público que permitisse “atuar nos interstícios da ordem, da força e do silêncio impostos” pela ditadura militar, criou a revista *Educação & Sociedade*. O novo periódico mostrou, desde os primeiros números, sua vocação para manter vivo e estimular o debate entre aqueles intelectuais que se voltavam para a análise crítica, rigorosa e livre das várias dimensões e determinações incessantemente criadas e recriadas na relação entre pesquisa, política e práticas educacionais e a dinâmica social mais ampla. Tal vocação expressou-se nitidamente no Editorial de seu segundo número, em que os editores formalizaram seu compromisso com todos os interessados em discutir a educação, na perspectiva de suas relações com a sociedade, declarando sua intenção de integrá-los num centro de estudos nacional. Já o CEDES nasceu em 5 de março de 1979 e, desde

então, destaca-se pela defesa intransigente não só do direito universal à educação, ao participar das lutas em prol da implantação de políticas públicas nessa direção, como também da liberdade intelectual e política das instituições de ensino e de seus docentes. Nos últimos anos da ditadura, em um período de grande efervescência de ideias, projetos alternativos, movimentos grevistas de grande porte, inclusive no campo educacional, e nos anos imediatamente posteriores à sua queda, marcados pela esperança e rearticulação das forças políticas e intelectuais até então no ostracismo, o CEDES sempre exerceu o papel fundamental de divulgação das ideias inovadoras, polêmicas, dissonantes, que emergem entre os estudiosos e militantes da esfera da educação.

Nos últimos anos, o Centro tem participado do debate em torno do produtivismo acadêmico, mantendo sua perspectiva de defesa da liberdade intelectual e política, abrindo, com suas publicações, um espaço de expressão para os que resistem, em níveis nacional e internacional, à mecanização e automatização progressiva da atividade intelectual, subtraindo-lhe a sua própria razão de ser ao torná-la um meio de somar pontos nos formulários de avaliação. Além disso, nos seminários, periódicos e participações na construção coletivas das políticas educacionais, discute e divulga as temáticas concernentes à crescente mercantilização e privatização da esfera educacional, intimamente vinculadas à expansão dos critérios produtivistas, na medida em que, por um aparente paradoxo, estes tendem a solapar os tempos longos necessários ao estudo e reflexão rigorosos, para instaurar os tempos curtos da produção para o consumo imediato. Nesse sentido, o II Seminário de Educação Brasileira, realizado no período de 1 a 3 de dezembro de 2009 na UNICAMP, pode ser identificado como um evento que comemora e consagra a histórica defesa do CEDES pela realização do direito universal à educação e do pensamento não tão sufocado pela pressão de seus espartilhos produtivistas.